

Quando o PCC vira terrorista, o seu Pix pode ser o problema



» GUILHERME FRIZZERA
Doutor em relações internacionais pela Universidade de Brasília (UnB) e coordenador de Relações Internacionais na Uninter

A designação do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas pelos Estados Unidos, anunciada no último dia 28 pelo secretário Marco Rubio e prevista para entrar em vigor em 5 de junho, chegou ao Brasil embalada no tom de sempre: operações militares, extradições, a linguagem dura da guerra ao narcotráfico. Mas o risco mais concreto e cotidiano não está nos hipotéticos fuzis americanos em uma operação militar no Brasil. Está no seu aplicativo de banco.

A legislação americana antiterrorismo não foi construída para guerras convencionais. Ela foi construída para seguir o dinheiro. O arcabouço do OFAC (Office of Foreign Assets Control, ou Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros), a agência do Tesouro americano responsável por sanções contra entidades ligadas ao terror, opera de forma administrativa e com padrão probatório baixo. Não precisa de júri nem de processo criminal para colocar um nome numa lista. E, a partir da entrada em vigor dessa designação, qualquer transação financeira que tenha nexos americano e possa ser associada a essas organizações passa a ser território de risco legal para quem a realizou.

O problema é que o PCC e o CV não são

organizações distantes da realidade brasileira. Eles estão infiltrados em postos de gasolina, em transportadoras, em pequenos comércios, em empresas de construção civil. A operação Carbo-Oculto revelou uma cadeia de combustíveis infiltrada pelo crime organizado, com cerca de mil postos ligados ao esquema e R\$ 52 bilhões movimentados entre 2020 e 2024. O consumidor que abastece o carro e o dono do posto que compra de uma distribuidora não têm como saber quem está por trás da cadeia. E a lei americana, na sua versão civil, pode não exigir que eles soubessem.

É aqui que o Pix entra. O sistema de pagamentos instantâneos brasileiro é operado, regulado e de propriedade do Banco Central. Desde o lançamento do sistema, em 2020, Visa, Mastercard, Amazon e Apple foram a Washington reclamar de um modelo gratuito, compulsório para os bancos e controlado pelo Estado. Em 2026, o US-TR (Office of the United States Trade Representative, ou Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos) abriu uma investigação formal sob a seção 301 da legislação comercial americana, o mesmo usado contra a China. O Banco Central recusou qualquer redesenho sob pressão externa. A disputa já estava travada antes de 28 de maio. Com a designação terrorista, abre-se uma camada adicional de pressão.

O Pix não opera pela rede de correspondência bancária em dólares, o que tecnicamente o coloca fora do alcance imediato do OFAC. Mas empresas americanas e fintechs com presença no Brasil que aceitam ou processam Pix teriam agora que demonstrar que filtram transações ligadas a entidades designadas. E como fariam isso num sistema em que o Banco Central não

disponibiliza esse tipo de rastreabilidade para agentes privados americanos? A resposta honesta é que não fazem, pelo menos não facilmente.

Nesse cenário, o Pix deixa de ser apenas uma inovação brasileira incômoda. Passa a ser uma infraestrutura soberana obrigada a provar que não é opaca. Até aqui, Washington perguntava se o sistema criava concorrência desigual para empresas americanas. A partir de agora, pode perguntar se uma rede pública de pagamentos é auditável o bastante para impedir dinheiro de organizações terroristas na economia formal. Isso pode colocar o BC diante de uma armadilha. Se amplia mecanismos de rastreabilidade para satisfazer padrões externos, arrisca deslocar parte da soberania regulatória brasileira para uma agenda definida fora do país. Se recusa, pode entregar aos críticos a imagem de um sistema eficiente, mas insuficientemente transparente.

O perigo não é o Pix desaparecer. É a vida econômica comum passar a produzir sinais de suspeição internacional. O cenário mais provável é uma cascata silenciosa de compliance. Bancos americanos podem exigir verificação extra de quem usa Pix, fintechs que integram os dois sistemas podem restringir transações com perfis de risco, e o custo de operar na fronteira dos dois sistemas pode subir para empresas brasileiras com relação com os Estados Unidos.

A intervenção militar é o espantinho que distrai. O que pode mudar de forma mais profunda é a arquitetura financeira que conecta o Brasil ao dólar. E essa arquitetura não distingue facilmente o traficante do dono de posto que, sem saber, compra combustível de uma distribuidora errada.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha // circecunha@adabrccom.br



A troca da inteligência artificial

Numa segunda-feira de maio, enquanto os mercados globais de tecnologia somavam mais um trilhão em capitalização, um homem de hábito branco sentou-se diante de cardeais e engenheiros de inteligência artificial (IA) no Vaticano. Nunca antes um papa havia estado presente na Sala Sinodal para apresentar ao público um documento magisterial próprio. O gesto era, em si, uma declaração. E o documento que trazia nas mãos, a encíclica Magnífica humanitas, pode ser a mais importante provocação ética do ano. Existe uma tradição dentro da Igreja Católica de responder às grandes revoluções do capitalismo com documentos sociais.

Em 1891, o papa Leão XIII publicou a Rerum novarum, enfrentando de frente os horrores da industrialização, o trabalho infantil, a miséria operária, o acúmulo obscuro de riqueza numa era de máquinas a vapor e chaminés negras. Cento e trinta e cinco anos depois, e não por acaso nessa data exata, o papa Leão XIV assina a Magnífica humanitas, sobre a salvaguarda da pessoa humana na era da IA. O nome escolhido para o pontificado não foi acidente: é uma declaração de continuidade histórica. A nova revolução industrial chegou, e a Igreja pretende ter algo a dizer sobre ela.

A encíclica, dividida em cinco capítulos e com mais de 230 páginas, parte de uma premissa que parece singela, mas é radicalmente subversiva dentro do espírito da época: a tecnologia não é neutra. Numa era em que Silicon Valley vendeu ao mundo a ideia de que o código é pura ferramenta, um martelo não tem moral, argumentam os tecnoentusiastas, Leão XIV diz o contrário com precisão teológica e filosófica.

IA não é má em si mesma, reconhece o documento, mas também não é inocente. Toda tecnologia carrega consigo os valores, as estruturas de poder e os interesses econômicos de quem a projeta e de quem financia seu desenvolvimento. Fingir o contrário é uma mentira confortável e lucrativa.

Segundo a encíclica, o desafio é "construir uma nova Torre de Babel ou edificar a cidade na qual Deus e a humanidade habitem juntos". A metáfora da Torre de Babel, usada pelo próprio papa na abertura do documento, é mais do que retórica bíblica. É um diagnóstico preciso da arquitetura atual do poder tecnológico: uma construção monumental financiada por um punhado de corporações, edificada sobre a ilusão de que a tecnologia nos tornará onipotentes, capaz de conectar tudo e a todos e, ao mesmo tempo, profundamente destrutiva da linguagem comum, da confiança mútua e do sentido coletivo.

A Babel digital não derruba as torres; ela destrói os laços. E o papa parece ter enxergado isso. A encíclica não é um documento reacionário. Leão XIV não pede que se apague o código. Pelo contrário: reconhece que a IA pode ser instrumento de libertação, de diagnóstico médico, de democratização do conhecimento. O que o documento questiona, e aqui está sua força provocadora, é quem decide como, a serviço de quem e com qual velocidade essa tecnologia é implantada. Pede prudência. Pede sobriedade. Pede, em linguagem papal, algo que os conselhos de administração das grandes techs tratam como blasfêmia: desaceleração.

O papa chama isso de "desarmar a IA". A expressão é feliz e incômoda ao mesmo tempo. Desarmar não significa destruir, significa retirar da tecnologia a pretensão de ser neutra, inevitável, imparável. Significa questionar a ideia, hoje dominante nos corredores do poder técnico-financeiro, de que quem tem o poder computacional tem automaticamente o direito de governar.

Como as "novas formas de escravidão", a encíclica denuncia a economia digital: trabalhadores precários que treinam modelos de linguagem por salários miseráveis, crianças em regiões pobres que trituram terras raras com as próprias mãos para que os chips existam, comunidades inteiras cujos dados são extraídos como matéria-prima sem consentimento real. É um retrato que os relatórios anuais das grandes corporações de tecnologia sistematicamente omitem. Que a imprensa econômica raramente coloca em manchete. Que os governos, seduzidos pela promessa de crescimento e pela pressão dos lobbies, evitam regulamentar com seriedade. A Igreja, sem acionistas a satisfazer, sem anunciantes a proteger e sem eleições a vencer, pode dizer o que muita gente sabe e poucos têm coragem de gritar.

Vivemos um momento de singular fragilidade coletiva. As democracias ocidentais enfrentam crises de legitimidade agravadas por algoritmos que amplificam raiva e desinformação. As guerras, e há mais de uma em curso, utilizam drones autônomos, vigilância por IA e sistemas de decisão que retiraram o julgamento humano do campo de batalha. O aquecimento global acelera, enquanto os servidores que sustentam os grandes modelos de linguagem consomem quantidades crescentes de energia e água. A concentração de riqueza aumenta, e parte significativa desse aumento se deve à vantagem acumulada por quem controla os dados e as infraestruturas de IA. Nesse contexto, uma encíclica papal pode parecer um anacronismo para quem vive dentro da bolha secular do tecnocentrismo. Seria um equívoco grave pensar assim.

» A frase que foi pronunciada:

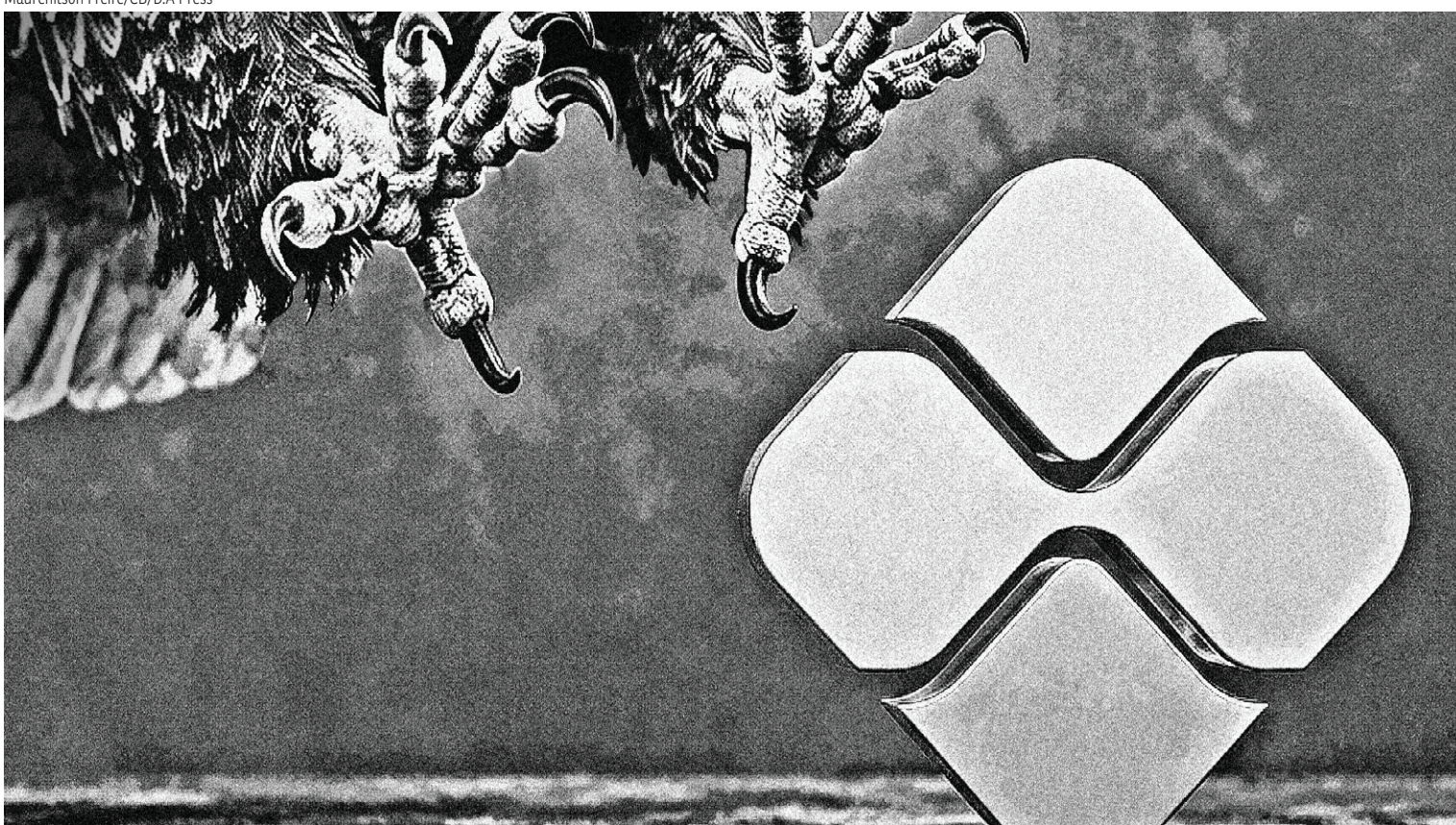
"A inteligência artificial exige agora ser desarmada, libertada das lógicas que a transformam em instrumento de dominação, exclusão e morte".

Papa Leão XIV

» História de Brasília

As notícias para Brasília são as melhores possíveis. O ministro da Fazenda não fez, no dia anunciado, o esquema de verbas para Brasília porque não veio ao DF na quarta-feira, como estava anunciado. (Publicado em 20/5/1962)

Maurenilson Freire/CB/D.A.Press



Combustíveis fósseis não desaparecem, apenas mudam de embalagem



» ADEMILSON ZAMBONI
Oceanólogo e diretor geral da Oceana Brasil

Após três décadas de negociações climáticas, a promessa de deixar os combustíveis fósseis para trás continua distante da escala exigida pela atual crise climática. Como resultado do não avanço de soluções efetivas durante a COP30 no Brasil, mais de 50 países reuniram-se recentemente em Santa Marta, na Colômbia, para promover um plano concreto de transição para o fim dos combustíveis fósseis. No entanto, uma mudança real não pode se limitar ao setor de energia: é preciso buscar soluções também para os produtos que mantêm o petróleo em circulação.

A indústria fóssil não está apenas no posto de gasolina. Está na embalagem plástica, no copo descartável, no sachê, na sacola e nos diversos serviços que entregam produtos em nossas casas. Se a transição energética não enfrentar essas outras ramificações do petróleo, parte da dependência fóssil apenas muda de endereço: sai do tanque e se ancora nas prateleiras.

O plástico não se tornou onipresente em nosso cotidiano, em menos de 100 anos, por acaso. No período pós-guerra, sua expansão foi impulsionada por décadas de intervenção, subsídio e apoio governamental para ganhar rápida escala e se tornar uma alternativa para a recomposição industrial de diversos países na década de 1960. Se decisões políticas e incentivos econômicos foram essenciais para

criar essa dependência, eles também são necessários para superá-la.

Agora, estamos mais uma vez em uma quadra da história que é delicada, complexa e requer perspicácia. As novas tensões e os conflitos mundiais nos colocam diante do que pode ser a pior crise de petróleo e gás já enfrentada, de acordo com o diretor-geral da Agência Internacional de Energia (IEA), Fatih Birol.

Foi em um desses momentos de crise, há mais de 50 anos, que o Brasil decidiu diversificar soluções e investiu em tecnologias para a produção de agrocombustíveis — o que gerou inovação, tecnologia brasileira e um trunfo para lidar com a crise atual.

Hoje, diante de uma nova crise fóssil, o poder público tem uma decisão importante a tomar: atuar para socorrer uma tecnologia e cadeias produtivas dependentes do petróleo ou acelerar uma transição que assegure empregos, renda e diversificação de soluções, que sejam mais sustentáveis e com menor impacto ambiental.

A atual instabilidade no mercado de petróleo reacende uma lição antiga. Os países dependentes de combustíveis fósseis ficam vulneráveis não apenas no setor de energia, mas também naquilo que produzem, consomem e descartam todos os dias. O plástico é um elemento comum às principais crises ambientais do planeta — climática, de perda de biodiversidade (em especial da vida marinha) e de poluição em escala global. Qualquer transição que proponha o fim dos combustíveis fósseis precisa também enfrentar a sua produção.

Hoje, 98% do plástico tem origem fóssil, tornando-o um dos motores da crise climática. A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) projeta que as emissões globais de gases de efeito

estufa relativas ao ciclo de vida do plástico podem chegar a 5% até 2040 e, mantido o ritmo atual de produção, o setor poderá consumir 20% da demanda global de petróleo até 2050.

Ao mesmo tempo, cerca de 15 milhões de toneladas de plástico são despejadas globalmente nos oceanos todos os anos — o equivalente a dois caminhões de lixo por minuto —, afetando toda a cadeia alimentar marinha, do plâncton aos grandes cetáceos, e expandindo a poluição a fronteiras inimagináveis, já que microplásticos foram encontrados em diversos órgãos do corpo humano. Isso torna o problema da poluição por plástico uma questão também de saúde pública, que exige uma intervenção do poder público.

O Brasil tem uma grande responsabilidade nesse problema: somos o oitavo maior poluidor global e lideramos esse ranking na América Latina. Enquanto mais de 140 países já estabeleceram algum tipo de política voltada à sua regulação, ainda não temos nenhuma lei nacional que enfrente esse problema.

É nesse contexto que o Projeto de Lei 2524/2022 ganha relevância. A proposta cria um marco nacional para reduzir plásticos descartáveis e problemáticos, estimular embalagens reutilizáveis, recicláveis ou compostáveis, ampliar responsabilidade empresarial e induzir inovação em cadeias produtivas de menor impacto.

A transição energética será incompleta enquanto combustíveis fósseis continuarem sendo transformados em plásticos desnecessários, problemáticos e descartáveis. Esse modelo de produção e consumo exige transformação e ação imediata do poder público na construção de uma economia mais inovadora e alinhada aos desafios do século 21. As gôndolas dos mercados não podem se tornar o novo epicentro da dependência fóssil.